

## **Aula 14**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

**Thaís de Cássia Rumstain**

15 de Julho de 2025

# SENTENÇA E COISA JULGADA

## Sumário

Análise Estatística .....	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque .....	2
Questões estratégicas .....	13
Questionário de revisão e aperfeiçoamento .....	24
<i>Perguntas</i> .....	24
<i>Perguntas com respostas</i> .....	25
Lista de Questões Estratégicas .....	26
<i>Gabarito</i> .....	31

## ANÁLISE ESTATÍSTICA

Assunto	Grau de incidência em concursos similares
	Instituto AOC
Juizados Especiais Cíveis	12,31%
Competência	10,77%
Liquidação e Cumprimento de Sentença	9,23%
Meios de Impugnação das Decisões Judiciais. Recursos.	9,23%
Atos Processuais. Nulidades.	7,69%
Processo de Execução	7,69%
Jurisdição e Ação	6,15%
Provas	6,15%
Princípios constitucionais do processo civil e Normas Processuais Cíveis.	4,62%
Sujeitos do Processo – Partes, Procuradores	4,62%
Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros.	4,62%
<b>Da sentença e da coisa julgada</b>	<b>4,62%</b>
Ação Civil Pública. Ação Popular.	4,62%
Tutela Provisória	3,08%
Procedimento Comum. Petição Inicial, Contestação, Reconvenção, Revelia.	3,08%
Mandado de Segurança	1,54%
Ministério Público	0,00%
Formação, Suspensão e Extinção	0,00%



Providências Preliminares e Saneamento	0,00%
Ação Rescisória	0,00%

## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

### DA SENTENÇA

- O conceito de sentença sofreu alterações, passando da “decisão que colocava fim ao processo” para “**a decisão que colocava fim a fase de conhecimento e inaugurava a fase de cumprimento de sentença**”.
- O artigo 203, CPC tratou de conceituar o que seria a sentença:

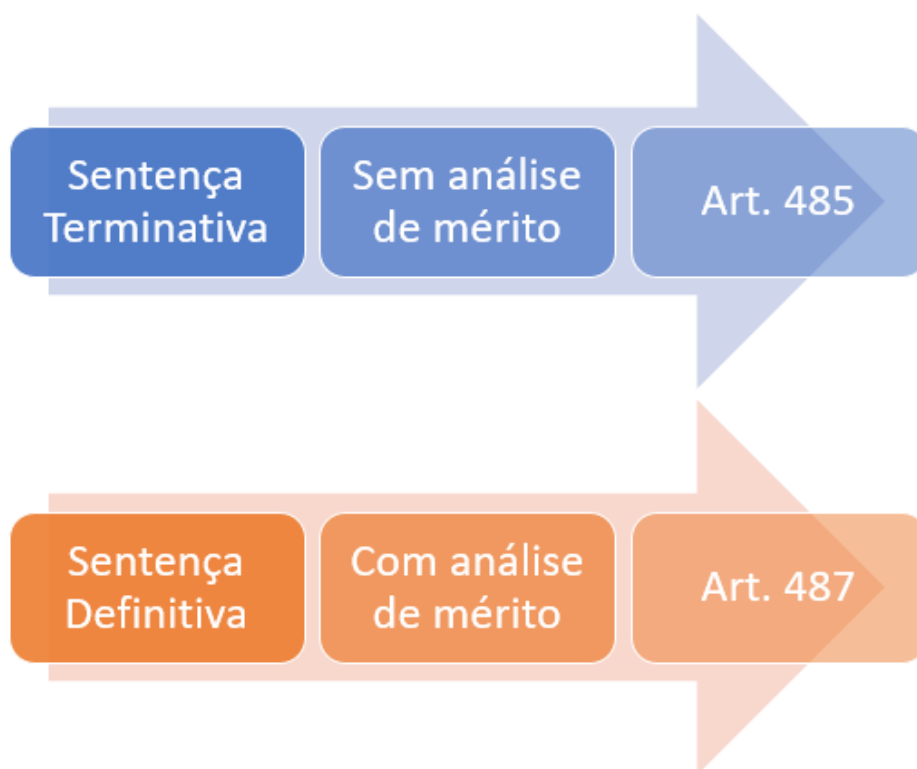
**Art. 203.** Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

§1º Ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, **SENTENÇA é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.**



- O conteúdo da sentença está delimitado **pelo artigo 485 ou 487, CPC** e se divide em **SENTENÇA TERMINATIVA** e **SENTENÇA DEFINITIVA**:





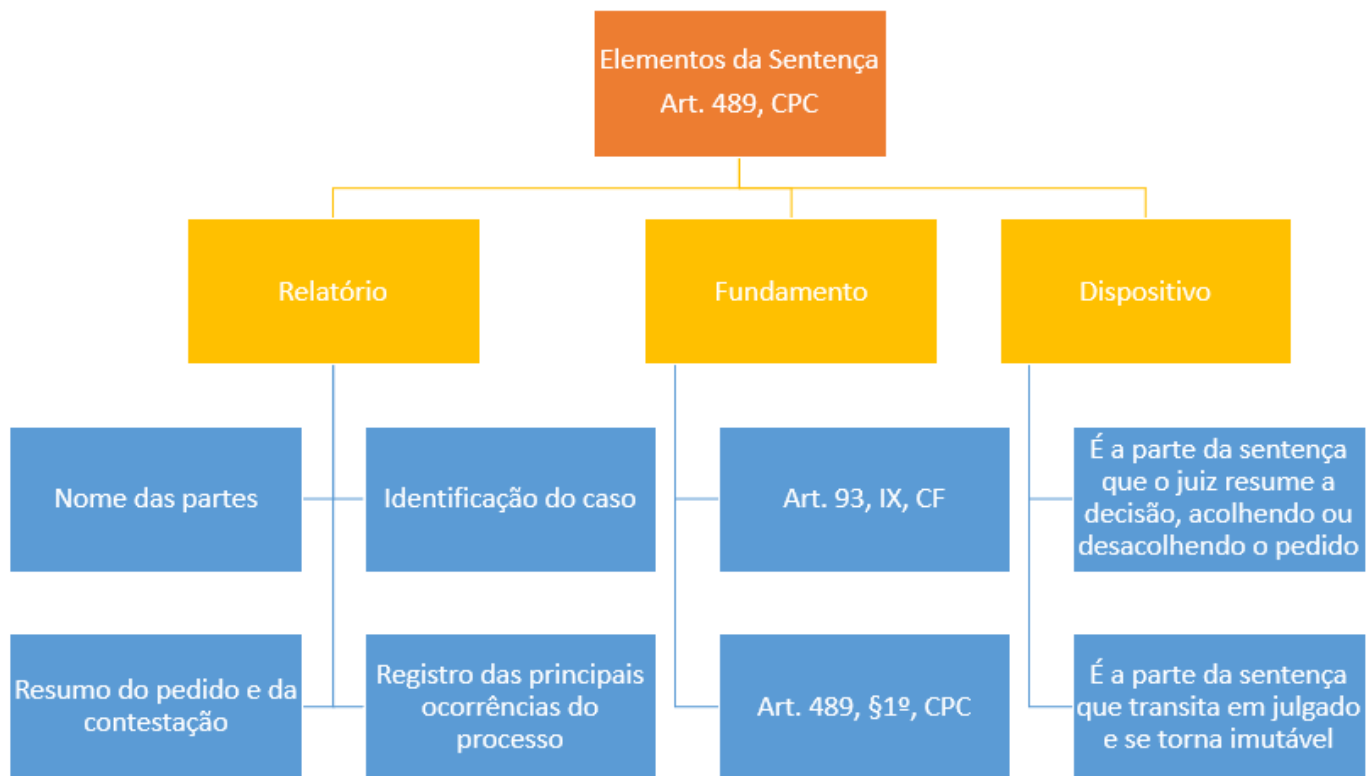
- O conteúdo da sentença está delimitado pelo **artigo 485 ou 487, CPC** e se divide em **SENTENÇA TERMINATIVA** e **SENTENÇA DEFINITIVA**:

Sentença Terminativa
<ul style="list-style-type: none"><li>• Art. 485, CPC</li><li>• Ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo</li><li>• Existência de perempção, litispendência ou coisa julgada</li><li>• Ausência de legitimidade ou interesse processual</li><li>• Morte da parte em ação intransmissível</li></ul>

Sentença Definitiva
<ul style="list-style-type: none"><li>• Art. 487, CPC</li><li>• Quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção</li><li>• Decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição</li><li>• Homologar:<ul style="list-style-type: none"><li>a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;</li><li>b) a transação ou</li><li>c) a renúncia à pretensão</li></ul></li></ul>

- Quanto aos elementos da sentença, encontramos **no artigo 489, CPC** a divisão entre **RELATÓRIO**, **FUNDAMENTO** e **DISPOSITIVO**:





- Faremos uma ressalva sobre o **FUNDAMENTO**, pois o NCPC tentou definir o que seria uma **sentença não fundamentada** (art. 489, §1º, CPC), em consonância com a Constituição Federal:

*§1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

*I - Se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;*

*II - Empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;*

*III - Invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;*

*IV - Não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;*

*V - Se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

*VI - Deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.*

- Nota-se que o NCPC procurou valorizar o princípio do contraditório através da fundamentação do juiz, exigindo do magistrado uma fundação que não seja genérica e que faça a correlação entre o conteúdo decisório e os argumentos das partes, bem como explique às partes quais foram os argumentos adotados e quais foram afastados.
- Importante fazer uma revisão sobre os **MOMENTOS DE PROLAÇÃO DA SENTENÇA**:



#### Julgamento conforme o estado do processo

- Art. 354, CPC
- Conhecida como “falsa sentença de mérito, pois o juiz não diz se a parte tem ou não o direito (decadência, prescrição e homologação) II e III)
- São decisões mais simples, atraindo o julgamento para o estado em que se encontra o processo
- Estão sujeitas à autoridade da coisa julgada material
- Pode se referir a apenas uma parte do processo, seguindo o processo em relação a outras questões
- Importante: a decisão que se referir a apenas uma parte do processo é considerada “interlocutória” e será atacável por agravo de instrumento (arts. 1015, II e 356, §5º, CPC).

#### Julgamento antecipado do mérito

- Art. 355, CPC
- É a decisão que julga procedente ou improcedente o pedido e no estado em que se encontra o processo
- Ocorre quando o juiz verifica que já estão presentes todos os elementos necessários ao julgamento, ou seja, o processo já se encontra maduro para ser julgado
- Não há necessidade de produção de prova porque a lide envolve questões preponderantemente de direito
- Mesmo na hipótese de revelia do réu, o que leva ao julgamento antecipado é a desnecessidade de produzir prova
- O NCPC permite que o juiz julgue antecipadamente uma parte do mérito, dando continuidade em relação às demais questões

#### Improcedência liminar do pedido

- Tratam-se das hipóteses em que o magistrado poderá decidir acerca dos pedidos do autor antes mesmo de determinar a citação do réu
- Ocorre quando o caso possa ser resolvido apenas com base na prova documental trazida pelo autor ou quando o pleito se baseia em tese contrária à Sumula do STJ e STF
- Poderá ocorrer também em caso de demanda contrária a entendimento firmado em IRDR ou Assunção de Competência
- Havendo prescrição ou decadência, o juiz não indeferirá a inicial, mas proferirá decisão de mérito favorável ao réu.

- No tocante a decisão parcial de mérito é importante observar que ela poderá ter um comando condenatório que imponha uma obrigação líquida ou ilíquida, conforme **art. 356, §1º, CPC**:

**Art. 356.** O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles:

*I - Mostrar-se incontroverso;*

*II - Estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355.*

**§1º.** A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá **reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida**.

- Nesse caso, a parte, **independentemente de caução**, poderá dar início à **liquidação ou execução provisória** e que se processará em autos apartados, para evitar tumulto processual em relação a parte ainda não decidida.
- Com o **trânsito em julgado da decisão parcial de mérito**, a **execução será definitiva** e não mais provisória.
- O CPC estabelece que nos casos de **pedido genérico**, ou seja, não específico, **em ações de obrigação de pagar quantia**, o juiz deverá proferir sentença **delimitando a extensão da obrigação**:

**Art. 491.** Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, SALVO quando:

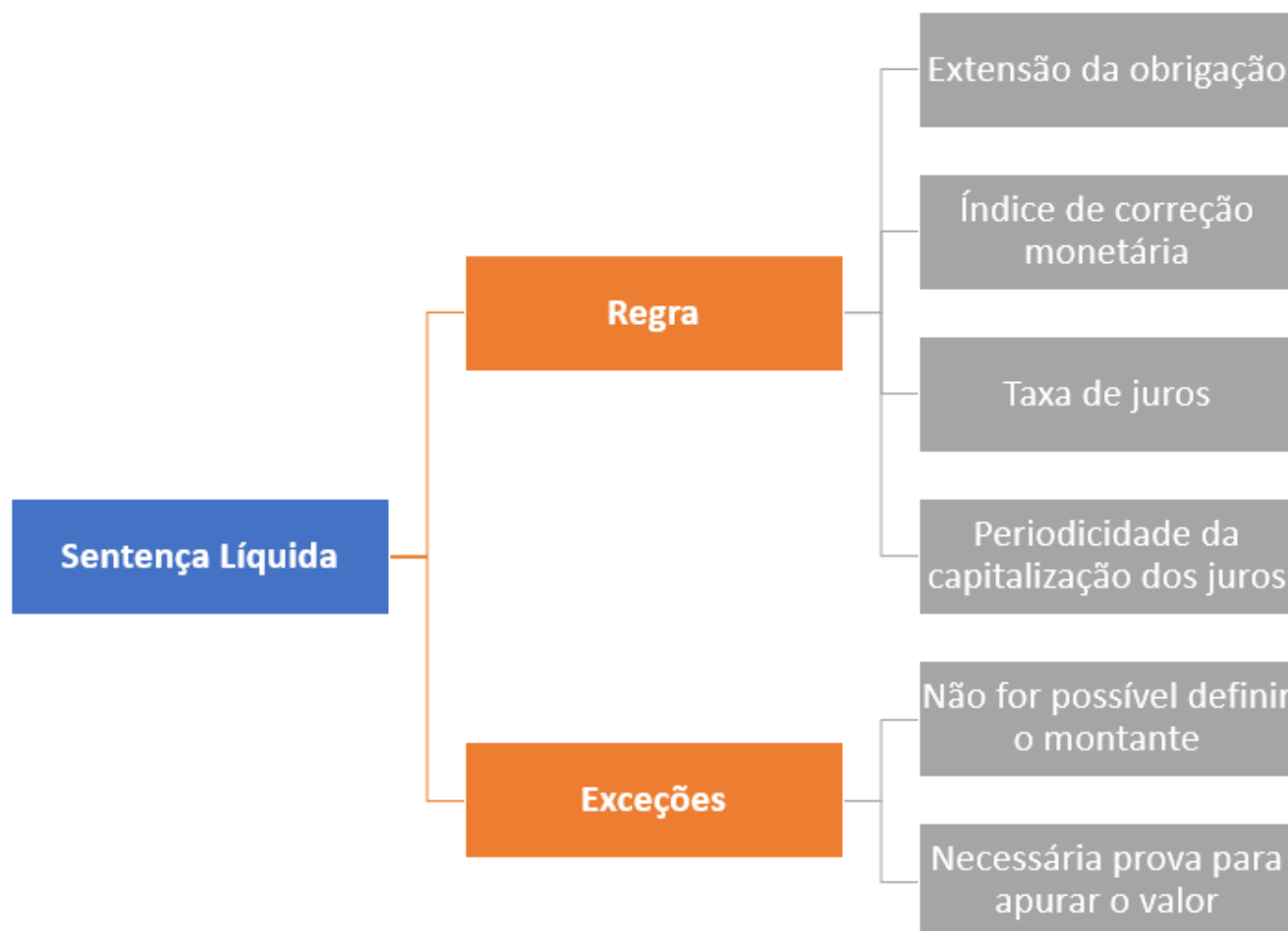


*I - Não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;*

*II - A apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.*

*§1º. Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

*§2º. O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*



- É **VEDADO** ao juiz proferir decisão de natureza diversa a pedida, sob pena de **invalidação da sentença**:

**Art. 492.** *É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.*







### SENTENÇA INFRA PETITA

- O juiz deixa de analisar todos os pedidos formulados



### SENTENÇA EXTRA PETITA

- O juiz aprecia fora daquilo o que foi pedido pela parte



### SENTENÇA ULTRA PETITA

- Quando o juiz decide além daquilo o que foi pedido

- Lembre-se que o **juiz exaure** a sua função jurisdicional após editar a sentença:



### A sentença é preclusiva!

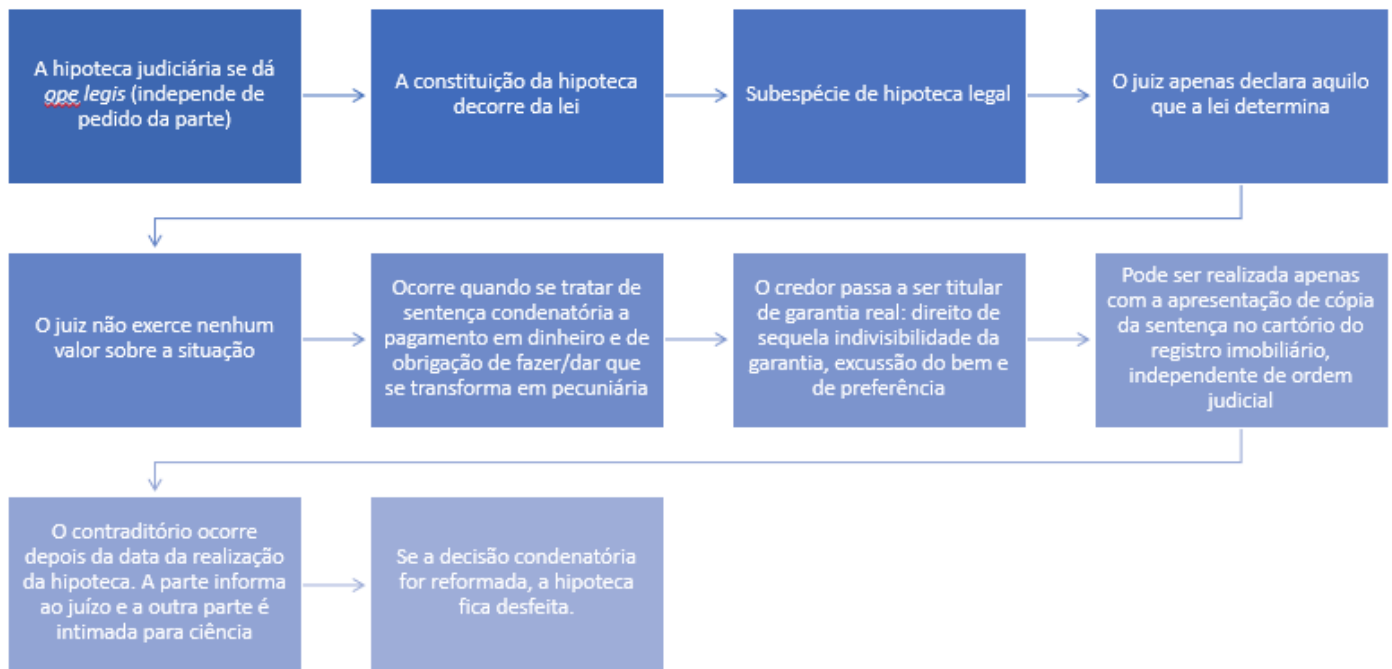
Depois de publicada o juiz só poderá alterar a sentença:

- I - para corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo;
- II - por meio de embargos de declaração

- Para encerrarmos a revisão sobre a sentença, vamos relembrar os pontos principais da **HIPOTECA JUDICIÁRIA**:







## DA COISA JULGADA

- A **COISA JULGADA** é entendida como uma garantia constitucional que tem por objetivo trazer segurança jurídica e constitui um dos efeitos da sentença. De acordo com o **artigo 505, CPC**, em regra, **NENHUM** juiz **decidirá novamente as questões já decididas**:

**Art. 505.** *NENHUM juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, SALVO:*

*I - Se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;*

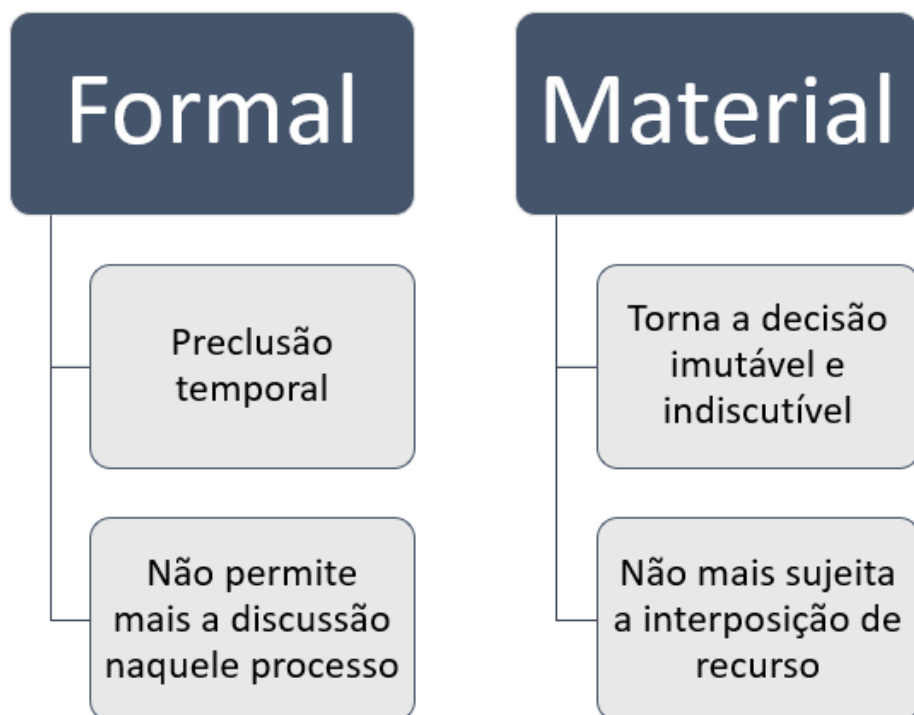
*II - Nos demais casos prescritos em lei.*

- A coisa julgada atinge apenas as partes e não prejudicará terceiros:

**Art. 506.** *A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, **NÃO** prejudicando terceiros.*

- As exceções em relação à coisa julgada serão revisadas adiante, agora, concentre-se em memorizar que a coisa julgada se divide em **COISA JULGADA FORMAL** e **COISA JULGADA MATERIAL**:





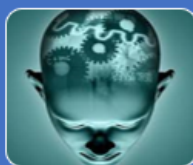
**Art. 502.** Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

- Sobre a **PRECLUSÃO** vamos recordar:



#### TEMPORAL

Em razão do tempo não é mais possível praticar determinado ato



#### LÓGICA

Não é mais possível praticar o ato pela prática de ato incompatível



#### CONSUMATIVA

Não é possível praticar ato processual quando já se utilizou da “chance” de praticá-lo

**Art. 508.** Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e **repelidas todas as alegações** e as **defesas** que a parte **poderia opor** tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

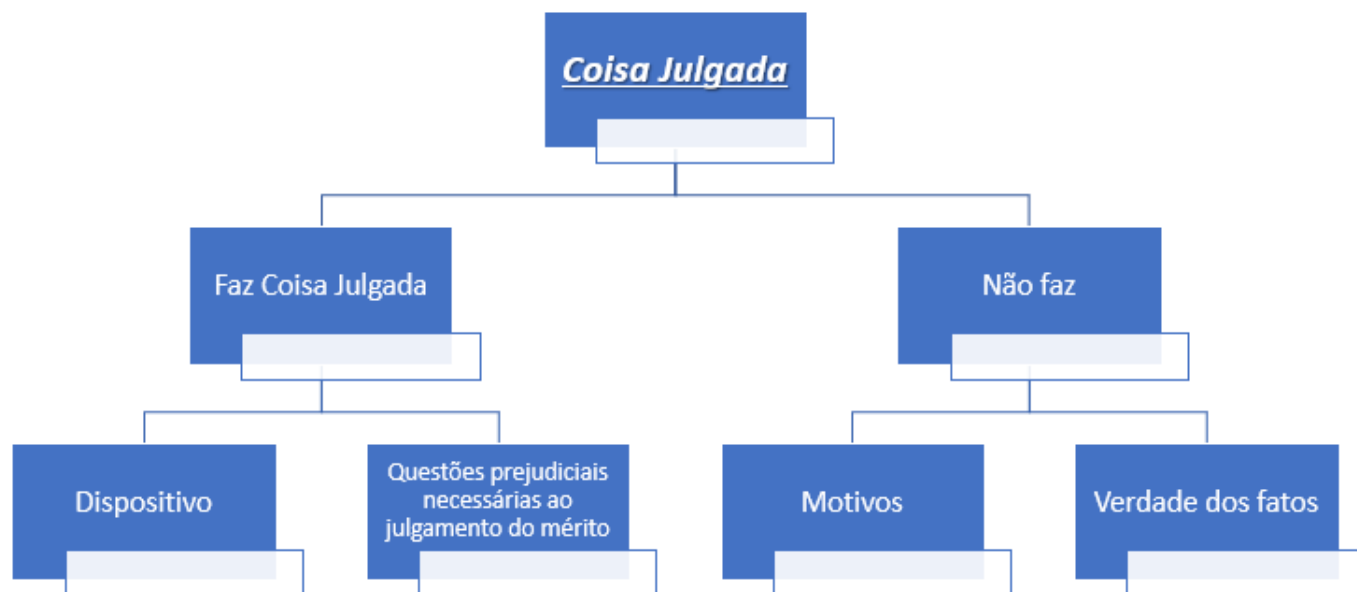


- Importante lembrar que apenas o **DISPOSITIVO DA SENTENÇA** está sujeito à **COISA JULGADA MATERIAL** e, de acordo com o **artigo 504**, **NÃO FAZEM COISA JULGADA**:

**Art. 504. NÃO FAZEM COISA JULGADA:**

*I - Os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;*

*II - A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.*



- A novidade trazida pelo NCPC é a possibilidade de haver duas coisas julgadas no mesmo processo, formadas em momentos distintos e não objeto de recurso. A importância dessa alteração refletirá no prazo da ação rescisória, uma vez que o **artigo 975, CPC** determina que o prazo terminará 2 (dois) anos depois da última decisão que transitou em julgado no processo.

**Importante!**

O momento da formação da coisa julgada é aquele em que da decisão não se poder mais interpor nenhum recurso.



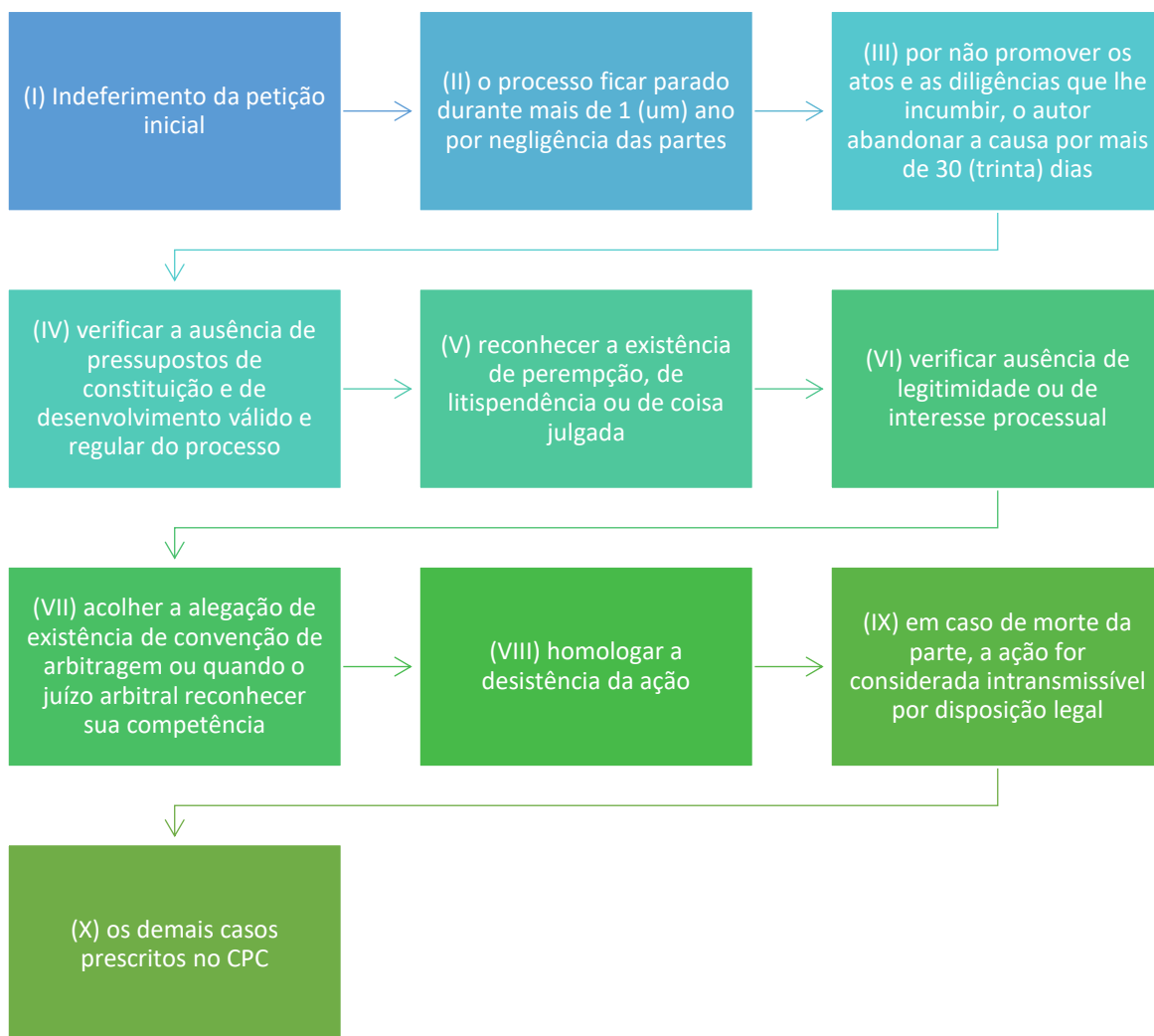
## APOSTA ESTRATÉGICA

### Disposições Gerais da Sentença e da Coisa Julgada



**Lembre-se:** sentença é o ato pelo qual o juiz põe fim à fase cognitiva do processo comum ou extingue a execução. Ela pode resolver ou não o mérito da causa, conforme a situação.

**1. Sentença SEM resolução de mérito:** O juiz não resolve o mérito quando não analisa o conteúdo da pretensão do autor. Isso ocorre por questões processuais. Nesses casos, o processo é extinto sem julgamento do pedido.



 **Observações importantes:**



- Nos incisos II e III, o autor é intimado **pessoalmente para suprir a falta em 5 dias** (art. 485, §1º).
- No abandono da causa (inciso III), o autor paga **despesas e honorários** (art. 485, §2º).
- Os incisos IV, V, VI e IX podem ser reconhecidos **de ofício, a qualquer tempo, antes do trânsito em julgado** (art. 485, §3º).
- Após a contestação, o autor **só pode desistir da ação com o consentimento do réu** (art. 485, §4º).
- A desistência pode ser feita até a sentença (art. 485, §5º).
- Após a contestação, o abandono só extingue o processo **se o réu pedir** (art. 485, §6º).
- Se houver apelação, o juiz pode **retratar-se em até 5 dias** (art. 485, §7º).

### Possibilidade de Propor Nova Ação (Art. 486)

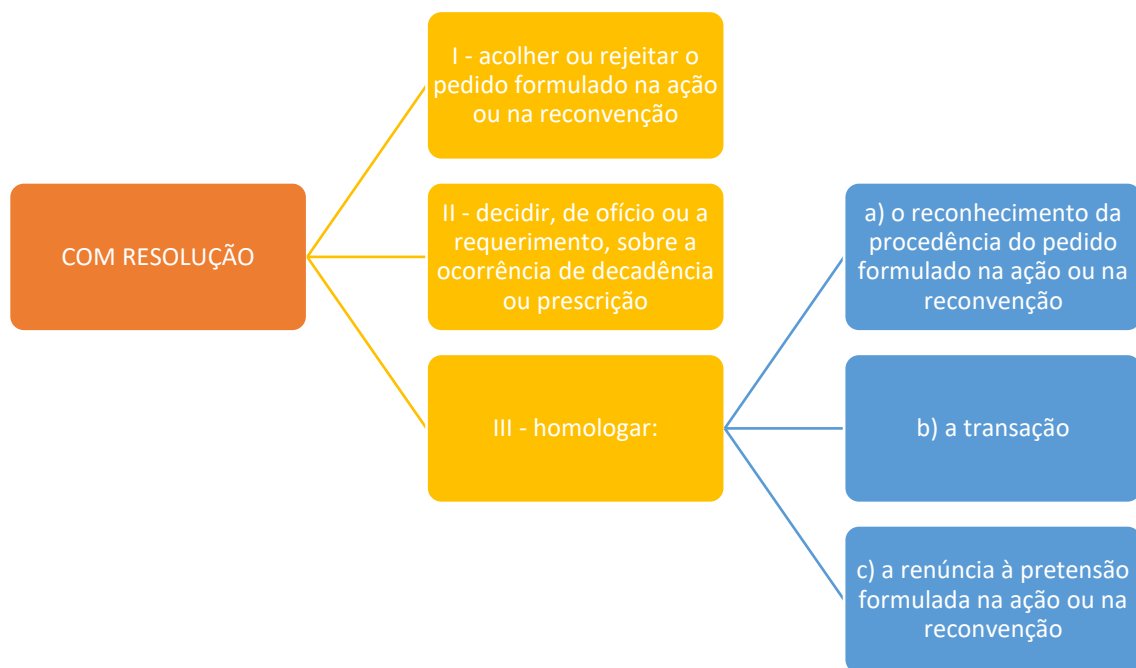
Em regra, uma sentença sem resolução do mérito **não impede novo ajuizamento da ação**.



#### Exceções:

- Nos casos de **litispendência** ou dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a **nova ação só será possível após a correção do vício** (art. 486, §1º).
- A nova petição **só será despachada se comprovado o pagamento das custas e dos honorários** da ação anterior (art. 486, §2º).
- Se o autor abandonar a causa **por 3 vezes**, não poderá propor novamente a mesma ação contra o réu (art. 486, §3º). Ele poderá apenas **alegar seu direito como defesa** em eventual processo.

## 2. Sentença COM resolução de mérito: haverá resolução do mérito da ação quando:





Prescrição e decadência **só podem ser reconhecidas após a oitiva das partes**, salvo na hipótese do art. 332, §1º (julgamento liminar de improcedência).



### Princípio da Resolução do Mérito (Art. 488)

**Sempre que possível, o juiz deve resolver o mérito, mesmo que a decisão pudesse se basear em fundamento que levaria à extinção sem julgamento. A prioridade é garantir a solução definitiva da lide.**

## QUESTÕES ESTRATÉGICAS



**1. (Instituto AOCP/2024/SEAP PR/Analista de Procuradoria) De acordo com o disposto no art. 496 do CPC – Código de Processo Civil – (Lei no 13.105/2015), está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença**

- A) proferida contra Municípios que constituam capitais dos Estados, quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido superior a 500 (quinhentos) salários-mínimos.
- B) proferida contra os Estados, quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 500 (quinhentos) salários-mínimos.
- C) fundada em súmula de tribunal superior.
- D) que julgar improcedentes no todo os embargos à execução fiscal.
- E) fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

### Comentários

Está correta a letra A, posto que se mostra em harmonia com o disposto no art. 496, § 3º, II, do CPC/15:

Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:



§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a:

II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados;

### Gabarito: Letra A.

## 2. (Instituto AOCP/2024/Prefeitura de Uberaba/Procurador do Município) De acordo com as regras sobre a prolação de sentença previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

A) A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.

B) O juiz não resolverá o mérito quando homologar a transação.

C) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta a que a parte proponha de novo a ação.

D) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz requisitar a emenda à petição inicial, de ofício ou a requerimento da parte, no momento em que se cientificar o fato.

### Comentários

Letra A – **Certa**. Regra do art. 495 do CPC/15:

Art. 495. A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.

Letra B – **Errada**. Contrário ao que se observa no art. 487, III, b, do NCPC:

Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:

III - homologar:

b) a transação;

Letra C – **Errada**. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação. Veja:

Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.





Letra D – **Errada**. O citado ato do magistrado se dará no momento de proferir a decisão, conforme art. 493 do NCPC:

Art. 493. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.

**Gabarito: Letra A.**

### 3. (Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Cariacica/Analista Legislativo) Sobre a coisa julgada no processo civil, é INCORRETO afirmar que

A) a decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

B) a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

C) faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

D) denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

E) é vedado à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.

#### Comentários

Letra A – **Certa**. Ordem do art. 503 do CPC/15:

Art. 503. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

Letra B – **Certa**. Segundo norma do art. 506, do NCPC:

Art. 506. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

Letra C – **Errada**. Em dissonância com o que diz o art. 504, II, do CPC/15:

Art. 504. Não fazem coisa julgada:

II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

Letra D – **Certa**. É o que aduz o art. 507 do NCPC:

Art. 507. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.



## Gabarito: Letra C.

### 4. (FCC/2025/DPE RS/Defensor Público) Com relação ao regime jurídico aplicável à produção de coisa julgada no Direito Processual Civil:

- A) A verdade dos fatos, quando estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- B) A superveniência de alteração legislativa aplicável a uma relação jurídica de trato continuado faz com que a parte sucumbente possa propor nova ação idêntica voltada à modificação de acórdão já transitado em julgado que dispunha, no mérito, sobre o regime jurídico que deveria ser respeitado pelos litigantes.
- C) A decisão proferida em ação civil pública proposta com o intuito de defesa de direitos individuais homogêneos, uma vez que decorrentes de origem comum, produz coisa julgada inter partes.
- D) Segundo o Código de Processo Civil, a produção de coisa julgada em relação à decisão proferida, de maneira expressa e incidental, em relação a uma questão prejudicial de mérito fica condicionada à circunstância de o órgão julgador ser detentor de competência territorial para o seu julgamento como questão principal.
- E) Ocorre ofensa à coisa julgada nos casos em que a realização da liquidação da sentença se dá de forma diversa daquela que houver nela sido estabelecida.

### Comentários

Letra A – **Errada**. Contrário ao que prescreve o art. 504, II, do CPC/15:

Art. 504. Não fazem coisa julgada:

II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

Letra B – **Certa**. A superveniência de alteração legislativa aplicável a uma relação jurídica de trato continuado faz com que a parte sucumbente possa pedir a revisão do que foi estatuído na sentença. Veja:

Art. 505. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo:

I - se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;

Letra C – **Errada**. Segundo o art. 103, III, do CDC, a sentença faz coisa julgada erga omnes. Assim, inexistente vedação para ações individuais. Observe:

Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:



III - erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Letra D – **Errada**. No presente caso, exige-se apenas competência em razão da matéria e da pessoa, não a territorial, conforme art. 503, § 1º, do NCPC:

Art. 503. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

§ 1º O disposto no caput aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo, se:

I - dessa resolução depender o julgamento do mérito;

II - a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia;

III - o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.

Letra E – **Errada**. Contrário ao que prevê a Súmula 344 d STJ:

Súmula 344 - A liquidação por forma diversa estabelecida na sentença não ofende a coisa julgada.

**Gabarito: Letra B.**

---

## 5. (FCC/2024/Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes/Procurador) De acordo com o Código de Processo Civil, a extinção do processo por abandono

A) impede que o autor alegue em defesa a matéria que foi objeto da ação.

B) deve ser precedida de intimação pessoal para suprimimento da falta, no prazo de 5 dias.



C) independente, em qualquer caso, de requerimento do réu, tratando-se de matéria cognoscível de ofício.

D) acarreta a extinção do processo com resolução de mérito.

E) verifica-se quando a causa permanece paralisada, por pelo menos 90 dias, em razão de fato imputável à parte ou a demora no cumprimento das decisões judiciais.

### Comentários

Letra A – **Errada**. Inexiste tal impedimento, visto que o abandono não gera resolução de mérito. Observe o que diz o art. 485, III, do CPC/15:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

Letra B – **Certa**. Em harmonia com a norma do art. 485, III, § 1º, do NCPC:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

§ 1º Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias.

Letra C – **Errada**. A extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu, segundo art. 485, § 6º, do CPC/15:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

§ 6º Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu.

Letra D – **Errada**. Oposto ao que diz o art. 485, III, do NCPC:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

Letra E – **Errada**. O prazo é de 30 dias, conforme art. 485, III, do CPC/15:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:



III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

**Gabarito: Letra B.**

---

**6. (FCC/2023/TRT 18ª Região/ Analista Judiciário) De acordo com o Código de Processo Civil, a desistência da ação pode ser apresentada**

- A) somente até a sentença.
- B) somente até a contestação.
- C) somente até o saneamento do processo.
- D) somente até a citação.
- E) a qualquer tempo, inclusive depois da sentença.

**Comentários**

A alternativa A está correta, visto que reflete o que estabelece o art. 485, § 5º, do CPC/15:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

§ 5º A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença.

**Gabarito: Letra A.**

---

**7. (FCC/2023/MPE PB/ Técnico Ministerial) Há sentença com resolução de mérito quando esta**

- A) homologar a desistência da ação após a apresentação de contestação pelo réu.
- B) reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.
- C) verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- D) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência.
- E) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.



## Comentários

Correta a assertiva E. É o que determina o art. 487, II, do NCPC:

Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

**Gabarito: Letra E.**

---

### 8. (FCC/2022/TJ CE/Analista Judiciário) De acordo com o Código de Processo Civil, verificada ausência de legitimidade ou interesse processual, o juiz

- A) conhecerá a questão de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado.
- B) intimará as partes para que se manifestem, no prazo de quinze dias, e extinguirá o processo apenas se tiver havido pedido nesse sentido.
- C) intimará as partes para que se manifestem, no prazo de cinco dias, e extinguirá o processo apenas se tiver havido pedido nesse sentido.
- D) conhecerá a questão de ofício, desde que ainda não tenha sido proferida sentença.
- E) conhecerá a questão de ofício, desde que o processo ainda não tenha sido saneado.

## Comentários

A alternativa A está certa, de acordo com o texto do art. 485, VI, § 3º, do CPC/15:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;

§ 3º O juiz conhecerá de ofício da matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado.

**Gabarito: Letra A.**

---

### 9. (FCC/2022/TJ CE/Oficial de Justiça) Analise as proposições abaixo.



I. Com o trânsito em julgado da decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que as partes poderiam opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

II. Os motivos não fazem coisa julgada.

III. A coisa julgada atinge os terceiros que, podendo, não hajam intervindo no processo na qualidade de assistentes.

IV. Faz coisa julgada a verdade dos fatos, quando estabelecida como fundamento da sentença.

Acerca da coisa julgada, está correto o que se afirma APENAS em

A) I e II.

B) II e III.

C) I e IV.

D) III e IV.

E) I, II e IV.

### Comentários

Item I – **Certo**. A assertiva se mostra de acordo com o que diz o art. 508 do CPC/15:

Art. 508. Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

Item II – **Certo**. É o que aduz o art. 504, I, do NCPC:

Art. 504. Não fazem coisa julgada:

I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;

Item III – **Errado**. Em desconformidade com o texto do art. 506 do CPC/15:

Art. 506. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

Item IV – **Errado**. Não faz coisa julgada a verdade dos fatos, quando estabelecida como fundamento da sentença.

Art. 504. Não fazem coisa julgada:





II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

**Gabarito: Letra A.**

**10. (FCC/2022/TRT 22ª Região PI/Analista Judiciário) De acordo com o Código de Processo Civil, a remessa necessária**

- A) não será observada sempre que a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 100 salários mínimos, independentemente de quem figure como condenado.
- B) é restrita às sentenças que condenam os entes federados, não se aplicando a suas respectivas autarquias e fundações.
- C) deve ser observada sempre que condenada a Fazenda Pública.
- D) tem natureza de recurso e segue o regime da apelação.
- E) não será observada quando a decisão estiver fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas.

**Comentários**

Está certa a letra E, consoante prescrição do art. 496, § 4º, III, do NCPC:

O art. 496 do CPC/15 regulamenta o tema da seguinte forma:

Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:

I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;

II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, não interposta a apelação no prazo legal, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, e, se não o fizer, o presidente do respectivo tribunal avocá-los-á.

§ 2º Em qualquer dos casos referidos no § 1º, o tribunal julgará a remessa necessária.

§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a:

I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público;



II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados;

III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.

§ 4º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:

I - súmula de tribunal superior;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

#### **Gabarito: Letra E.**

**11. (FCC/2022/TRT 14ª Região/ Analista Judiciário) O juiz proferiu sentença acolhendo a preliminar de prescrição arguida pelo réu em contestação, tendo decorrido o prazo legal sem a interposição de nenhum recurso contra ela, o que foi devidamente certificado nos autos. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, essa sentença**

A) não importa resolução do mérito, nem faz coisa julgada, formal ou material.

B) não importa resolução do mérito, fazendo coisa julgada meramente formal.

C) importa resolução do mérito, fazendo coisa julgada material.

D) importa resolução do mérito, mas não faz coisa julgada material.

E) não importa resolução do mérito, mas faz coisa julgada material.

#### **Comentários**

A alternativa C está correta. Trata-se previsão expressa no art. 487, II, do NCPC:

Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:



II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

**Gabarito: Letra C.**

## 12. (FCC/2021/TJ GO/Juiz Estadual) A homologação da desistência da ação

- A) não resolve o mérito e impõe, ao desistente, o dever de arcar com as despesas.
- B) obsta o prosseguimento da reconvenção.
- C) deve ser precedida de anuência do réu, ainda que revel.
- D) pode ser apresentada somente até a contestação.
- E) faz coisa julgada material.

### Comentários

Correta a letra A. Observe o que dispõe o art. 485, VIII, do CPC/15:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

VIII - homologar a desistência da ação;

**Gabarito: Letra A.**

## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas

1. Cristiano que se envolveu em um acidente de trânsito com um ônibus da viação “Luz do Dia de Verão” e seu veículo teve perda total. Ele reclamou à empresa de viação que o motorista conduzia o ônibus em alta velocidade, o que acarretou o acidente. A empresa se recusou a ressarcir o prejuízo e Cristiano ingressou com ação de indenização e, na petição inicial, requereu que a alteração do ônus da prova, para que a empresa apresentasse o tacógrafo do ônibus. A empresa ré apresentou defesa e argumentou que incumbe ao autor comprovar os fatos alegados. O juiz determinou que a empresa apresentasse o tacógrafo.

Posteriormente, analisando os argumentos do Cristiano, o juiz, de ofício, determinou que a empresa ré apresentasse o tacógrafo e intimou as partes para comparecerem a uma audiência com o objetivo de interrogá-las sobre os pontos controversos e alertou as partes que o não comparecimento implicaria em pena de confissão. Ambas as partes para comparecerem a uma



audiência designada e, após oitiva das partes, elas optaram por convencionar a quem caberia a produção de cada prova e em qual prazo a prova deveria ser realizada. O juiz concordou e deu seguimento ao processo.

Terminada a instrução processual, no momento de proferir a sentença o juiz verificou que Cristiano postulou os pedidos “X, Y e Z”. Ocorre que, analisando todos os fatos e as provas produzidas e, de acordo com o princípio “iura novit curia”, o juiz decidiu proferir sentença favorável ao Cristiano, mas de natureza diversa de “X, Y e Z”. Questiona-se:

i) Isto está correto?

ii) Na impossibilidade de o juiz proferir decisão diversa daquilo que fora requerido se refere a algum princípio?

2. O juiz julgou a lide favorável à Cristiano. Por um equívoco, a empresa ré interpôs recurso de apelação no 17º dia, sendo considerado intempestivo e a sentença transitou em julgado. Diante desse fato é possível afirmar que essa decisão não poderá ser revista em hipótese alguma?

## Perguntas com respostas

1. Cristiano que se envolveu em um acidente de trânsito com um ônibus da viação “Luz do Dia de Verão” e seu veículo teve perda total. Ele reclamou à empresa de viação que o motorista conduzia o ônibus em alta velocidade, o que acarretou o acidente. A empresa se recusou a ressarcir o prejuízo e Cristiano ingressou com ação de indenização e, na petição inicial, requereu que a alteração do ônus da prova, para que a empresa apresentasse o tacógrafo do ônibus. A empresa ré apresentou defesa e argumentou que incumbe ao autor comprovar os fatos alegados. O juiz determinou que a empresa apresentasse o tacógrafo.

Posteriormente, analisando os argumentos do Cristiano, o juiz, de ofício, determinou que a empresa ré apresentasse o tacógrafo e intimou as partes para comparecerem a uma audiência com o objetivo de interrogá-las sobre os pontos controversos e alertou as partes que o não comparecimento implicaria em pena de confissão. Ambas as partes para comparecerem a uma audiência designada e, após oitiva das partes, elas optaram por convencionar a quem caberia a produção de cada prova e em qual prazo a prova deveria ser realizada. O juiz concordou e deu seguimento ao processo.

Terminada a instrução processual, no momento de proferir a sentença o juiz verificou que Cristiano postulou os pedidos “X, Y e Z”. Ocorre que, analisando todos os fatos e as provas produzidas e, de acordo com o princípio “iura novit curia”, o juiz decidiu proferir sentença favorável ao Cristiano, mas de natureza diversa de “X, Y e Z”. Questiona-se:

i) Isto está correto?

ii) Na impossibilidade de o juiz proferir decisão diversa daquilo que fora requerido se refere a algum princípio?

Não, ao juiz não é permitido decidir de maneira diversa aos pedidos colocados na petição inicial, sob pena da decisão ser invalidada:

**Art. 492.** É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.



Ainda, pelo princípio da adstrição o juiz não pode, ao proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da que fora pedida, ou seja, o magistrado deverá sempre proferir decisão dentro dos limites postos pelas partes, sendo vedada a possibilidade de produzir sentença *extra, ultra ou citra (infra) petita*.

**2. O juiz julgou a lide favorável à Cristiano. Por um equívoco, a empresa ré interpôs recurso de apelação no 17º dia, sendo considerado intempestivo e a sentença transitou em julgado. Diante desse fato é possível afirmar que essa decisão não poderá ser revista em hipótese alguma?**

Embora a coisa julgada material seja imutável, há exceções que permitem que a decisão venha a ser rescindida, bem como, existem hipóteses que implicam em alteração da coisa julgada material, como, por exemplo, as sentenças que envolvam as relações continuativas e a ação rescisória. Por essa razão, a princípio, a perda do prazo recursal implica em trânsito em julgado da sentença e o seu efeito de fazer coisa julgada. No entanto, excepcionalmente, a decisão poderia ser revista, de acordo com os permissivos legais.

## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

**1. (Instituto AOC/2024/SEAP PR/Analista de Procuradoria) De acordo com o disposto no art. 496 do CPC – Código de Processo Civil – (Lei no 13.105/2015), está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença**

- A) proferida contra Municípios que constituam capitais dos Estados, quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido superior a 500 (quinhentos) salários-mínimos.
- B) proferida contra os Estados, quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 500 (quinhentos) salários-mínimos.
- C) fundada em súmula de tribunal superior.
- D) que julgar improcedentes no todo os embargos à execução fiscal.
- E) fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

**2. (Instituto AOC/2024/Prefeitura de Uberaba/Procurador do Município) De acordo com as regras sobre a prolação de sentença previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.**

- A) A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.
- B) O juiz não resolverá o mérito quando homologar a transação.



- C) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta a que a parte proponha de novo a ação.
- D) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz requisitar a emenda à petição inicial, de ofício ou a requerimento da parte, no momento em que se cientificar o fato.

---

**3. (Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Cariacica/Analista Legislativo) Sobre a coisa julgada no processo civil, é INCORRETO afirmar que**

- A) a decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
- B) a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.
- C) faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- D) denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- E) é vedado à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.

---

**4. (FCC/2025/DPE RS/Defensor Público) Com relação ao regime jurídico aplicável à produção de coisa julgada no Direito Processual Civil:**

- A) A verdade dos fatos, quando estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- B) A superveniência de alteração legislativa aplicável a uma relação jurídica de trato continuado faz com que a parte sucumbente possa propor nova ação idêntica voltada à modificação de acórdão já transitado em julgado que dispunha, no mérito, sobre o regime jurídico que deveria ser respeitado pelos litigantes.
- C) A decisão proferida em ação civil pública proposta com o intuito de defesa de direitos individuais homogêneos, uma vez que decorrentes de origem comum, produz coisa julgada inter partes.
- D) Segundo o Código de Processo Civil, a produção de coisa julgada em relação à decisão proferida, de maneira expressa e incidental, em relação a uma questão prejudicial de mérito fica condicionada à circunstância de o órgão julgador ser detentor de competência territorial para o seu julgamento como questão principal.
- E) Ocorre ofensa à coisa julgada nos casos em que a realização da liquidação da sentença se dá de forma diversa daquela que houver nela sido estabelecida.



**5. (FCC/2024/Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes/Procurador) De acordo com o Código de Processo Civil, a extinção do processo por abandono**

- A) impede que o autor alegue em defesa a matéria que foi objeto da ação.
- B) deve ser precedida de intimação pessoal para suprimento da falta, no prazo de 5 dias.
- C) independente, em qualquer caso, de requerimento do réu, tratando-se de matéria cognoscível de ofício.
- D) acarreta a extinção do processo com resolução de mérito.
- E) verifica-se quando a causa permanece paralisada, por pelo menos 90 dias, em razão de fato imputável à parte ou a demora no cumprimento das decisões judiciais.

---

**6. (FCC/2023/TRT 18ª Região/ Analista Judiciário) De acordo com o Código de Processo Civil, a desistência da ação pode ser apresentada**

- A) somente até a sentença.
- B) somente até a contestação.
- C) somente até o saneamento do processo.
- D) somente até a citação.
- E) a qualquer tempo, inclusive depois da sentença.

---

**7. (FCC/2023/MPE PB/ Técnico Ministerial) Há sentença com resolução de mérito quando esta**

- A) homologar a desistência da ação após a apresentação de contestação pelo réu.
- B) reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.
- C) verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- D) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência.
- E) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.





---

**8. (FCC/2022/TJ CE/Analista Judiciário) De acordo com o Código de Processo Civil, verificada ausência de legitimidade ou interesse processual, o juiz**

- A) conhecerá a questão de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado.
- B) intimará as partes para que se manifestem, no prazo de quinze dias, e extinguirá o processo apenas se tiver havido pedido nesse sentido.
- C) intimará as partes para que se manifestem, no prazo de cinco dias, e extinguirá o processo apenas se tiver havido pedido nesse sentido.
- D) conhecerá a questão de ofício, desde que ainda não tenha sido proferida sentença.
- E) conhecerá a questão de ofício, desde que o processo ainda não tenha sido saneado.

---

**9. (FCC/2022/TJ CE/Oficial de Justiça) Analise as proposições abaixo.**

- I. Com o trânsito em julgado da decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que as partes poderiam opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.
- II. Os motivos não fazem coisa julgada.
- III. A coisa julgada atinge os terceiros que, podendo, não hajam intervindo no processo na qualidade de assistentes.
- IV. Faz coisa julgada a verdade dos fatos, quando estabelecida como fundamento da sentença.

Acerca da coisa julgada, está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) III e IV.
- E) I, II e IV.



**10. (FCC/2022/TRT 22ª Região PI/Analista Judiciário) De acordo com o Código de Processo Civil, a remessa necessária**

- A) não será observada sempre que a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 100 salários mínimos, independentemente de quem figure como condenado.
- B) é restrita às sentenças que condenam os entes federados, não se aplicando a suas respectivas autarquias e fundações.
- C) deve ser observada sempre que condenada a Fazenda Pública.
- D) tem natureza de recurso e segue o regime da apelação.
- E) não será observada quando a decisão estiver fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas.

---

**11. (FCC/2022/TRT 14ª Região/ Analista Judiciário) O juiz proferiu sentença acolhendo a preliminar de prescrição arguida pelo réu em contestação, tendo decorrido o prazo legal sem a interposição de nenhum recurso contra ela, o que foi devidamente certificado nos autos. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, essa sentença**

- A) não importa resolução do mérito, nem faz coisa julgada, formal ou material.
- B) não importa resolução do mérito, fazendo coisa julgada meramente formal.
- C) importa resolução do mérito, fazendo coisa julgada material.
- D) importa resolução do mérito, mas não faz coisa julgada material.
- E) não importa resolução do mérito, mas faz coisa julgada material.

---

**12. (FCC/2021/TJ GO/Juiz Estadual) A homologação da desistência da ação**

- A) não resolve o mérito e impõe, ao desistente, o dever de arcar com as despesas.
- B) obsta o prosseguimento da reconvenção.
- C) deve ser precedida de anuência do réu, ainda que revel.
- D) pode ser apresentada somente até a contestação.



E) faz coisa julgada material.

## Gabarito

GABARITO



1	A
2	A
3	C
4	B
5	B
6	A
7	E
8	A
9	A
10	E
11	C
12	A



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.